

representações. Assim, a "roça" é definida como o lugar onde há plantação. O "sertão", expressa uma realidade semelhante à do interior, porém com mais características de isolamento e de atraso. A "cidade" representa o oposto da "roça" e oferece tudo como a fábrica, a oficina, o trabalho, a vizinhança etc. A autora chega à conclusão que ao nível de representações há uma analogia entre estes dois pares de oposição (rico/pobre e cidade/roça), indicando a forma de classificar a realidade social.

Os migrantes também expressam a sua vivência através da comparação e do significado que dão ao trabalho. O trabalho rural tem uma avaliação negativa. Por outro lado, nas zonas rurais o trabalho tem também uma dimensão lúdica, coletiva e de reforço dos laços de sociabilidade. Por isto, existe todo um capítulo sobre o significado do trabalho. Através de formulações que dizem respeito a sua praxis os migrantes explicam sua situação de carência e compreendem a sua inserção nas camadas socialmente desprivilegiadas. E a essa situação de privação e penúria em que vivem, atribuem a responsabilidade às relações de trabalho no meio rural que os impulsionaram em direção à cidade. Chegando na cidade eles aceitam o seu fracasso. Buscam compreender por que a transferência para a cidade não conseguiu modificar, como eles esperavam, suas condições de existência e interpretam a privação no contexto citadino como decorrência de uma deficiência que não se encontra na realidade social, mas neles próprios. "Tem pobre no mundo porque não podia ser doutro jeito, Deus fez assim pra ter tudo controlado, pra ter essa diferença". Para os migrantes a relação entre ricos e pobres (explorador e explorado), faz parte da ordenação da realidade. Atribuem a uma origem divina a existência do mundo de ricos e dos pobres. Acrescentando no final um apêndice relativo a metodologia utilizada e a pesquisa de campo, que foi realizada na cidade de Anápolis no Estado de Goiás, o fenômeno da migração ou da "mudança" é abordado neste livro ao nível do comportamento do próprio migrante procurando reconhecer e avaliar as ressonâncias dessa experiência, a partir do próprio discurso do migrante.

SHEPARD, Forman. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 340 p.

João Hélio Mendonça
Antropólogo

Desde que a antropologia saiu dos estudos das comunidades tribais pré-letradas deixando em grande parte as pesquisas "holísticas" para concentrar-se

sobretudo em tópicos ou em problemas específicos, vêm surgindo vários trabalhos sobre segmentos ou aspectos do campesinato latino-americano. No caso brasileiro, certamente esta categoria social merece atenção toda especial. Degradados, existindo como mera força de trabalho descaracterizada, descendente de Índios destribilizados e de africanos escravizados, diz Darcy Ribeiro que a gente como os lavradores brasileiros e os do Caribe jamais chegaram a ser camponeses. Eram, tão-somente, uma força de trabalho rural, despojada totalmente de características étnicas e ao contrário das comunidades camponesas arcaicas que viveram para si mesmas e lograram atravessar as civilizações, conservando a sua identidade étnica; no Brasil essas massas tinham como única finalidade gerar lucros produzindo mercadorias e gêneros alimentícios que não comiam. (Ribeiro, Darcy. "Campeinato, indigenato, etnicidade"., *Vozes*, Ano 73, out. vol. LXXIII, No. 8, p. 5-18.

Desta forma, não existe um campesinato brasileiro constituído de camponeses e sim de massas desfeitas e despojadas de si mesma, hoje mais pobres e atrasadas culturalmente que qualquer um dos seus ancestrais: europeus, africanos e indígenas. E assim, a sociedade brasileira que durante quatrocentos anos foi moldada por uma estrutura agrária determinante de sua vida econômica, social e política teve ou não um campesinato? Existiu ou não no país uma categoria social camponesa? Se existiu esta logrou ter alguma participação nos assuntos nacionais e na divisão equitativa de seus benefícios? São estes tópicos e muitos outros que são analisados em *Camponeses: sua participação no Brasil* de Shepard Forman, antropólogo, ex-participante do programa de pós-graduação em antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro e atualmente professor da Universidade de Michigan. O livro compreende a história do desenvolvimento do campesinato e dos trabalhadores agrícolas do Brasil até os princípios da década de 1970. Para o autor, não há dúvida, que ao lado do sistema dominante brasileiro de agricultura de exportação tipo "plantation" constituído de uma força de trabalho de contingentes de escravos africanos, desenvolveu-se, logo cedo, um setor camponês consistindo de pequenos proprietários, trabalhadores livres, moradores e rendeiros.

O livro tem em mira, sobretudo, o camponês e seu mundo é resultado de longo período de trabalho de campo utilizando o método antropológico e etnográfico. E embora este trabalho de campo tenha sido realizado na sua maior parte no Nordeste, esta região por ser de subdesenvolvimento e de miséria, tipifica bem a problemática do trabalhador rural ou do campesinato do Brasil, pois essa problemática não é só do Nordeste e sim da nação toda. Constata o trabalho a existência de grande crise no mundo agrário camponês do país. Predominando sobretudo o latifúndio, uma economia de exportação e um padrão de desigualdade na distribuição de terra, são analisados os vários regimes agrícolas como o

arrendamento, a parceria, as várias formas de trabalho assalariado etc. Apresentando algumas comparações entre o proletariado urbano e o rural o autor assinala as diferenças e afirma que elas são as responsáveis pelas dificuldades que os líderes brasileiros encontram ao tentarem aplicar um modelo de sindicato urbano à sindicalização rural.

No 3o. capítulo, sobre as dimensões sociais da crise agrária, diz o autor que as freqüentes tensões sociais que existem no Brasil rural quase sempre ocorrem entre segmentos mais próximos do sistema social e não entre os grupos de classe alta e de classe baixa. A penetração da comercialização nas comunidades do interior é cada vez mais causa de mudança social. Apesar disto, não se registraram transformações fundamentais na sociedade rural brasileira. Sem dúvida, vem ocorrendo certa diferenciação na estrutura ocupacional de comunidades rurais já que a comercialização e a industrialização abriram novas oportunidades, mas essas foram açambarcadas principalmente pelas elites comerciais, e poucos benefícios chegaram ao camponato.

O 4o. capítulo tem como objetivo compreender de que modo os camponeses se integram na economia nacional. Analisa também o papel do setor de mercado neste processo, o sistema de comercialização, as feiras, os mercados e as migrações, assim como a fragilidade do camponês dentro deste processo. Nos últimos capítulos são apresentados as massas rurais e o processo político brasileiro e finalmente os movimentos de protesto social e a religião popular. Para o autor os acontecimentos locais sempre se articulam com os processos políticos regionais e nacionais. São analisadas as condições e a participação política das massas no Brasil rural, as ligas camponesas, os sindicatos rurais, a radicalização e a reação oficial. Com a deposição do governo de Goulart, as ligas camponesas e as associações independentes foram desmanteladas e o caminho dos movimentos camponeses passou a depender da receptividade do Novo Estado autoritário que penetrou no mundo rural e assumiu um papel de superpatrão. Para realmente se entender a natureza e a qualidade da participação política do camponês no Brasil é preciso realizar também um exame da dimensão cultural ou das estruturas de significado através das quais os homens dão forma às suas experiências. Assim, no último capítulo são discutidas várias figuras míticas e messiânicas do mundo rural e religioso brasileiro, bem como, vários movimentos de protesto social como o episódio no Monte Rodeador e o movimento do Reino Encantado em Flores no Estado de Pernambuco; o caso do Padre Cícero Romão Batista no Juazeiro do Ceará e muitos outros. Esses movimentos refletem sempre a participação parcial das populações do Brasil rural nos processos nacionais expressando bem nitidamente não só as necessidades religiosas mas também as necessidades seculares dessas massas rurais. *Camponeses: sua participação no Brasil*

de Shepard Forman é uma análise profunda de segmentos importantíssimos da sociedade nacional que ainda continuam desconhecidos nas suas necessidades mais fundamentais.